

QUO VADIS, ESTADO MODERNO?

Marco Antonio de Meneses Silva¹

RESUMO

Esse artigo procura especular nos domínios teóricos das Relações Internacionais a respeito do futuro do Estado moderno. Comuns têm sido análises que apontam para o declínio do Estado moderno enquanto forma de organização política das comunidades humanas, indicando a sua controvertida substituição. A crise do Estado está sendo consistentemente retratada e identificada até por tensões nas relações entre a humanidade e o meio ambiente. Há pressões, contudo no sentido contrário, isto é, do fortalecimento do Estado, ou do reconhecimento de sua relevância. Por meio do exame das idéias de autores do Estruturalismo e da Teoria Normativa em Relações Internacionais, e também da ecologia social, busca-se sugerir que a defesa do declínio do Estado ainda se configura como uma atitude de precipitação, uma vez que a ordem mundial atual apresenta múltiplas ambigüidades, dentre as quais encontramos até uma posição intermediária: a da transformação. As tendências são contraditórias e não há clareza na identificação de qual prevalecerá, qual será hegemônica.

Palavras-chave: Estado moderno, Ordens Mundiais, Estruturalismo, Teoria Normativa, Identidade, Ética, Meio Ambiente.

1. Introdução

¹ Bacharel em Relações Internacionais e em Ciência Política pela Universidade de Brasília – UnB – e Mestre em Relações Internacionais pela University of Kent at Canterbury (Reino Unido); Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, e do Centro Universitário UniEURO. Trechos desse artigo compõem outro, acerca da Teoria Crítica em Relações Internacionais a ser publicado em breve.

Tem havido recentemente nas discussões acadêmicas das Relações Internacionais uma maior atenção dedicada à noção de esgotamento ou crise da modernidade². Não seria um absurdo defender o entendimento segundo o qual as Relações Internacionais enquanto campo de estudo cultivam relações próximas com a modernidade, pelo menos sob duas perspectivas essenciais. Em sintonia com o enquadramento daquilo que precisamente consiste a era moderna em Giddens³, isto é, sob a ótica das instituições, relações econômicas capitalistas/industrialismo, e o Estado, enquanto que há um outro aspecto epistemológico: a ciência moderna.

Um postulado desse artigo é o entendimento de que é perfeitamente plausível associar os atuais dilemas ambientais enfrentados pela humanidade com a idéia de uma crise da modernidade. Outro postulado procura tratar de outra dimensão da crise da modernidade. Trata-se das disparidades sociais existentes na era moderna entre Estados, classes e pessoas, cujas proporções parecem exceder às desigualdades que distingüiam tais categorias em períodos precedentes⁴. O terceiro postulado defende que as Relações Internacionais, pelo menos as tradições teóricas convencionais, fracassam em sua tentativa de oferecer respostas consistentes para tais dilemas, por padecerem de uma miopia decorrente de sua proximidade com a modernidade para apreciar apropriadamente as transformações que as transformações ambientais demandam. Por manterem o foco nas práticas institucionais da modernidade responsáveis pelas crises ambientais, as abordagens teóricas dominantes desperdiçam a

² Há diversas referências que justificam a proposição. Para fins de introdução ao debate, recomendamos Devetak, Richard. "The Project of Modernity and International Relations Theory" in *Millennium: Journal of International Studies* (Vol. 24, No. 1, 1995) pp. 27-53.

³ Giddens, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. (São Paulo: Ed. UNESP, 1991), sobretudo, o capítulo II.

⁴ As argumentações de Immanuel Wallerstein nessa linha são sólidas. Ver Wallerstein, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. (São Paulo: Ed. Contraponto, 2001).

oportunidade de se esquivarem das armadilhas de suas próprias premissas.⁵

Afirmar que o meio ambiente global está passando por mudanças consideráveis tem adquirido as dimensões de um consenso. Entretanto, entender a natureza exata dessas mudanças, e as conseqüências que elas deverão produzir não têm gerado semelhante concordância. As gerações atuais têm testemunhado um aumento alarmante nas evidências de degradação ambiental. O conhecimento científico desempenha um papel significativo ao chamar atenção aos efeitos da ação humana na biosfera, ainda que admitamos serem esses indícios, por vezes, contestáveis. O produto dessas iniciativas tem sido um aumento na consciência pública dos desafios que a humanidade enfrenta. O fato que questões como a proteção da camada de ozônio, da diversidade biológica, e as mudanças climáticas globais se tornaram expressões cotidianas reforça a afirmação acima.

Andrew Hurrell afirma que a conexão entre problemas ambientais e a prospectiva mudança ambiental global deve levar em conta o caráter cada vez mais global dessas questões, daí a importância que a teoria política internacional adquire⁶. Hurrell vai além e fortalece sua afirmativa ao chamar atenção à relação íntima entre a geração de problemas ambientais e o funcionamento de uma economia mundial efetivamente globalizada. Isso deveria subjugar a superioridade presumida da humanidade, afora iluminar o absoluto absurdo das ideologias fundamentadas no consumo⁷.

De forma semelhante, certificamos que há muitas razões pelas quais as teorias convencionais das Relações Internacionais, essencialmente as tradições realista e liberal, fracassam nessa compreensão, nenhuma mais fundamental que as relações perigosas com os ideais do Iluminismo, através da noção predominante de modernidade. Isso se deve em parte, à preeminência conferida à

⁵ Saurin, Julian. "International relations, social ecology and the globalisation of environmental change" in Vogler, John and Imber, Mark F (Ed.s). *The Environment and International Relations* (London: Routledge, 1996).

⁶ Hurrell, Andrew. "The Global Environment", In Booth and Smith, *International Relations Theory Today*. (Cambridge: Polity Press, 1995). pp 130, 131.

⁷ Laferrière, Eric. "Emancipating International Relations Theory: an ecological perspective", in *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 25, No. 1, pp. 57.

concepção de Estado moderno, e pode ser interpretado pela idéia de que as transformações apenas desafiam um axioma básico das Relações Internacionais: a soberania.

Tem havido um fecundo debate acerca das transformações pelas quais têm passado os Estados. É nesse espírito que as formas de organização política contemporâneas merecem uma atenção especial. É possível visualizar mudanças que permitem algum tipo de otimismo na relação da humanidade com o meio ambiente?

Nenhum desses votos pode ser abordado satisfatoriamente a menos que formas atuais de organização política sejam reexaminadas. Trata-se de uma preocupação essencial quanto às alternativas para o futuro humano.

Há diversas formas de pensar no estudo da política mundial contemporânea que parecem apontar para um controvertido declínio do Estado. Estaria havendo, segundo essas correntes, uma tendência a diminuir o espaço tradicionalmente reservado ao Estado moderno, a entidade política consagrada desde o Tratado de Paz de Westfália, 1648. Desde teóricos do liberalismo neoclássico na economia política internacional, expressando sua fixação com a preeminência do mercado, passando pela discussão acerca das civilizações conflitantes, até chegarmos nos autores que largamente se identificariam com o Estruturalismo nas Relações Internacionais, todos parecem indicar um declínio do Estado. Para os efeitos da tarefa em tela, servirão de inspiração fundamental alguns autores estruturalistas, outros associados à Teoria Crítica em Relações Internacionais.

Pretendemos averiguar as possibilidades de transformação do Estado a fim de problematizar a noção de que ele esteja passando por um processo de enfraquecimento. Há que se assegurar que nosso objetivo é meramente especular quanto ao que poderíamos visualizar para o futuro, ao invés de identificar provas cabais no que concerne às transformações do Estado e da ordem mundial, bem como examinar indicações do contrário, isto é, evidências de seu fortalecimento.

Logo, esse artigo almeja explorar o que precisamente poderá surgir de uma revisão crítica da ontologia das formas de organização política correntes. Quais as questões éticas e ontológicas pertinentes que se apresentam quando avançamos nessa discussão? Em suma, o

ponto basilar sob escrutínio aqui é: para onde vai o Estado moderno? Ele está de fato em declínio, ou será que as transformações ora em curso poderão redundar em efeito distinto?

Devemos salientar que não pretendemos examinar o debate ético em grande profundidade. Não queremos atribuir à discussão normativa um papel diminuto na discussão em tela, mas constitui a intenção de levar adiante as questões que dizem respeito ao status ontológico das comunidades políticas contemporâneas, e as contribuições da Teoria Normativa em Relações Internacionais há algum tempo têm sido significativas.

Iniciaremos a tentativa de especular uma resposta revisando criticamente a sugestão de Murray Bockchin segundo a qual comunidades políticas de dimensões menores são indispensáveis – sua confederação de democracias diretas, pequenas e, portanto, ecologicamente sustentáveis. Em seguida, devotamos atenção a como a Teoria dos Sistemas Mundo de Wallerstein enquadra nossa problemática. O que une essas perspectivas é a identificação cristalina do Estado enquanto uma parte do problema. Esse trabalho revela que o que as aparta é a direção em que tomam em seguida.

Em seguida, enfocamos o materialismo histórico de Robert Cox, particularmente sua fecunda estrutura teórica para compreender o que chama de complexo Estado-sociedade, e sua relação com forças sociais e a ordem mundial, uma vez que encontramos em seu trabalho uma preocupação com o contínuo processo de transformação dos Estados.

A controvertida obra de Michael Hardt e Antonio Negri é examinada em seguida. Por esses autores terem ousado propor a ascendência de um novo império, resultante das transformações do capitalismo moderno. Trata-se de um conjunto de relações de poder características da globalização econômica e que atualmente transcendem o Estado moderno.

Por fim, a discussão acerca do futuro do Estado, de seu eventual declínio, substituição, transformação, ou até seu revigoramento, não deve prescindir da discussão acerca da construção da identidade, e do valor que ainda se atribui ao Estado. Acreditamos ser essa a força cardeal que exerce pressão na direção contrária.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.2, p. 25-45, jul./dez. 2004

Procuramos buscar na Teoria Normativa em Relações Internacionais a problematização da noção do arrefecimento do Estado.

2. Definha o Estado?

Se concordarmos de fato que o Estado requer revisão, que sinais podem ser observados de que estamos testemunhando transformações que possibilitam o surgimento de uma nova entidade política, uma que autoriza uma previsão mais esperançosa quanto ao futuro social e ambiental da humanidade?

Nossa atenção inicial será tomada pelos pessimistas que identificam abertamente o Estado moderno como responsável pela crise do momento. De certa forma, a questão foi proposta e antecipada por Bookchin e sua ecologia social no momento em que sugeriu que comunidades políticas menores devessem emergir. Bookchin defende um padrão de organização política que aumentaria as possibilidades de sustentabilidade ambiental. Bookchin não está só nessas afirmações. Vandana Shiva faz proposições assemelhadas, criticando severamente a modernidade e o patriarcado, concebidos como a tendência globalizadora de ideais ocidentais relativos à organização social, econômica e política, em detrimento do reconhecimento do valor do local, ainda que suas críticas cessam antes da rejeição do Estado moderno, como em Bookchin.⁸

As similitudes entre os dois, relevantes para nosso esforço, compreendem sua identificação de que o cataclismo ecológico que ora abate a humanidade pode ser perfeitamente apontado como responsabilidade do Estado como a forma eleita de organização política. A realização dos ideais iluministas na forma dos processos e instituições da modernidade tem tido um impacto direto sobre as transformações no meio ambiente global que a geração atual testemunhou. O Estado representa uma dessas instituições.

Contudo, um hiato assombroso sugere que o anarquismo ecológico de Bookchin seja, no mínimo inviável, e no máximo, uma forma de ingenuidade política. Questões atinentes ao tipo de

⁸ Ver, entre outros: Shiva, Vandana. *Monoculturas da mente*. (São Paulo: Global, 2003)

transformações necessárias para fazer nascer sua confederação de comunidades pequenas e ecologicamente sustentáveis, sob uma forma direta de democracia, além do que precisamente deve acontecer com o Estado moderno atual, inibe a viabilidade no curto e médio prazos de tais proposições. Por exemplo, como devemos migrar dos regimes democráticos representativos para os diretos? Que garantias haveria de que os problemas da degradação ambiental serão amplamente resolvidos graças à discussão acerca da escala, do tamanho da comunidade política?

Deveríamos buscar um substituto em um plano inferior de organização política, em consonância com Bookchin? Isso implicaria uma ordem política mais assemelhada àquela que antecedeu ao Tratado de Paz de Westfália na Europa Ocidental? Caso afirmativo, onde poderíamos encontrar um debate ontológico concernente à maneira pela qual sociedades pudessem se organizar politicamente de forma a acomodar as preocupações da sustentabilidade ecológica, bem como as discrepâncias materiais que dividem sociedades e indivíduos? De que maneira esse novo tipo de comunidade política diferiria dos Estados prevalecentes?

Por outro lado, deveríamos defender que o Estado fosse aposentado em favor de uma entidade política em um plano mais elevado? Sendo esse o caso, estaríamos reconhecendo a pertinência de Wallerstein por eleger o sistema-mundo como o verdadeiro lócus para interpretar a política, em detrimento do agente tradicional⁹ das relações internacionais, ou seja, o Estado moderno?

A Teoria dos Sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein sugere que Estados sejam partes do problema por conta de serem integrantes do sistema-mundo capitalista. Para ele, Estados se apresentam como instituições históricas dentro de um sistema histórico, ou seja, que enquanto instituições, são dotados de especificidade histórica. Como tais, certamente não são entidades permanentes. Pelo contrário, enquanto parte de um sistema-mundo que é historicamente específico, talvez não sejam os elementos que compõem o sistema que imprimem

⁹ Acolhemos a sugestão pela correção terminológica/semântica de ator para agente, consoante proposição em: Rocha, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: Teorias e Agendas*. (Brasília: IBRI, 2002)

o maior impacto sobre sua transformação. Na verdade, nossa atenção deveria estar concentrada no nível sistêmico.

Em trabalhos mais recentes¹⁰, Wallerstein defendeu que estamos atualmente submetidos a uma crise no sistema-mundo capitalista. Em que pese sua conceituação de crise estar associada a idéias concernentes à dinâmica interna contraditória do sistema, com relação específica aos padrões de crescimento e recessão econômicos, seu trabalho tem, ainda assim, inspirado e servido de catalisador para muitos acadêmicos. Sua contribuição à discussão em tela nos conduz a reexaminar o postulado ontológico que reifica o Estado na condição de componente permanente da política mundial.¹¹

Atribuir um significado menor aos Estados, em oposição ao sistema, gera questões acerca da extensão da autonomia estatal. Na realidade, a natureza em mudança da soberania somente poderá ser interpretada em termos de sua relação com as relações econômicas capitalistas globalizadas. Dito de outra maneira, é precisamente a falta de uma autoridade política superior que possibilita ao sistema-mundo capitalista ditar a magnitude da autonomia estatal.¹² Essa premissa é impressionantemente familiar à imagem realista da anarquia nas relações internacionais, apesar de as implicações serem distintas.¹³

Assim, parte das pressões que desafia seu status ontológico deriva da possível exaustão dessa forma de organização política. Os limites fronteiriços estão sendo corroídos cada vez mais, em favor da liberdade de movimento dos povos, de capital, da informação, dos bens e serviços – a *geocultura* legitimadora que o liberalismo representa. Dessa feita, a distribuição material desigual produz debilidades

¹⁰ Wallerstein, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos*. (Rio de Janeiro: Revan, 2003)

¹¹ Op. Cit. Cap. 4.

¹² Não pretendemos menosprezar a distinção que Wallerstein propõe entre as três categorias de estados: centro, semi-periferia e periferia. Essa caracterização é basilar para sua estrutura teórica, porém tem implicações menores para os nossos objetivos aqui.

¹³ Alicerçado sobre o postulado da anarquia, realistas dirigem sua atenção às questões de estabilidade política, equilíbrio do poder, assuntos de segurança internacional, ao passo que aqueles que trabalham com tradições estruturalistas conferem preeminência aos determinantes econômicos do capitalismo global.

estruturais dentro do sistema-mundo, e danifica, também, a capacidade dos Estados de manter a ordem doméstica e global, em um mundo de conflito generalizado. Entrementes, desafios adicionais concernentes à proteção de direitos humanos e do meio ambiente impõem restrições materiais à soberania.

O próprio Wallerstein não oferece resposta clara quanto ao tipo de sistema-mundo que se sucederá, em que pese sua intensa crítica e defesa do esgotamento do sistema-mundo capitalista. Além disso, a lição a ser apreendida em Wallerstein parece ser a que Estados são aquilo que o capitalismo os torna. E o que o sistema-mundo do capitalista fez dos Estados é uma entidade que está tendo cada vez mais problemas em entregar os bens conforme prometidos pelo projeto da modernidade: o incremento da emancipação humana.

A presença crescente das ONG's e de outras entidades associadas à sociedade civil no domínio público, acoplado às potencialidades em queda dos Estados de oferecer aos cidadãos liberdade individual e auto-realização são o lado oposto da prática estatal renovada, resultante da pretensa universalização da retração do Estado do domínio público caracterizada pelo híperliberalismo. A imposição de reformas orientadas ao mercado, e as demais políticas que têm por meta atrair mais investimentos externos privados têm gerado conseqüências desastrosas no dismantelamento da rede de proteção social identificada com o Estado do bem-estar, rede essa que jamais se constituiu num bem universal nos Estados não-centrais. Para Wallerstein, suas repercussões são tão catastróficas quanto, se considerado o impacto ambiental.

Um paralelo pode ser desenhando com um fenômeno apropriadamente observado por Joseph Stiglitz. De certa forma, Estados em desenvolvimento se deparam com pressões crescentes no que tange ao reconhecimento e à proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Concomitantemente, são conduzidos a tomar medidas como a sistemática redução dos gastos públicos. Tais posições vêm se provando inconciliáveis.¹⁴

¹⁴ Stiglitz faz referência específica à forma como acordos são realizados entre o Fundo Monetário Internacional – FMI – e países em desenvolvimento. Por um lado, a quantidade e a natureza das condicionalidades sempre em expansão incluem

Assim sendo, Wallerstein concluiu recentemente que os fenômenos descritos acima são indicação clara do declínio do Estado. Acredita que a tensão avolumada entre a sociedade civil e os Estados em geral seja indicativa da substituição derradeira do sistema-mundo capitalista, o que implicará conseqüências gravíssimas para os Estados.¹⁵

Uma comparação das idéias aventadas por Bookchin e Wallerstein, em que pese as similitudes na identificação do Estado moderno moderno pelo impacto negativo suscitado na biosfera, sugere que o tipo de revisão ontológica crítica de que necessitamos é do tipo radical. Há uma crença subjacente na necessidade de uma forma de organização política inovadora, para a aposentadoria definitiva do Estado. Enquanto Bookchin claramente defende que o Estado é grandioso demais para gerir a opressão e a dominação da natureza pela humanidade, conseqüentemente sugerindo entidades políticas menores, Wallerstein se recusa a conceder tamanha relevância ao próprio Estado, ao insistir que mudanças no nível sistêmico é que ditarão e formarão os atributos políticos (dos componentes) do subsistema.

Partindo de uma perspectiva da Teoria Crítica em Relações Internacionais, devotemos atenção ao estruturalismo histórico. Dessa vez, nosso interesse jaz em como poderia contemplar mudanças ao Estado. Não há espaço suficiente para dúvidas quanto à possibilidade de a Teoria Crítica inspirada em Gramsci de Cox oferecer uma possibilidade acolhedora para visualizar uma ordem política alternativa, como tentaremos sustentar. Cox extrai da noção de hegemonia de Gramsci como a aquiescência habitualmente passiva e relativamente incontestada da ordem política, uma combinação de coerção e consentimento, em favor das forças sociais que detêm o controle do Estado. Por meio da hegemonia, Gramsci defendeu, os valores morais, políticos e culturais do grupo dominante são dissipados

preocupações referentes à proteção da pessoa humana e do meio ambiente, ao mesmo tempo em que Estados são compelidos a manter controles monetário e fiscal rígidos, o que habitualmente implica a redução de gastos públicos, portanto restringindo as possibilidades de os Estados cumprirem com as condicionalidades iniciais. Stiglitz, Joseph. *A Globalização e seus malefícios*. (São Paulo: Ed. Futura, 2003)

¹⁵ Wallerstein, Immanuel. *Op.cit.*

através das instituições da sociedade civil, até obterem o status de significados intersubjetivos compartilhados e conclusivos. Assim, as possibilidades de transformação surgem de sua noção de bloco histórico, ou seja, as relações entre a base material (infraestrutura) e as práticas político-ideológicas que sustentam uma ordem particular. A transformação somente emergirá caso a hegemonia seja desafiada. O lócus seria a sociedade civil, uma vez que as iniciativas contra-hegemônicas devem minar a hegemonia para possibilitar o surgimento de um bloco histórico alternativo.

Há que se advertir que uma adaptação da teoria política de Gramsci, descrevendo a política interna das Itália dos anos 1930 ao domínio internacional ou à política mundial, não pode ser considerada tarefa elementar, muito menos pode ser feita de forma espontânea. Cox, em que pese tais obstáculos, obteve êxito distinto em seus esforços.

A despeito dos entendimentos tradicionais das Relações Internacionais¹⁶, um Estado não é sempre um Estado. Na condição de estruturas sociais, Estados são limitados historicamente (no tempo e no espaço). Ao invés de considerá-los essencialmente e precisamente indistintos, os Estados variam enormemente, assim como as forças sociais que os conformam (e de onde surgem), assim como as ordens mundiais nas quais (co) existem. Estruturas sociais podem ser transcendidas e superadas. A razão determina que para o Estado ser transcendido e superado, a contra-hegemonia deve ser buscada, já que a legitimidade política e a mudança histórica são estruturas produzidas culturalmente.

Três categorias de forças constituem as estruturas sociais: potencialidades materiais, idéias e instituições. As potencialidades materiais se referem aproximadamente à esfera econômica da estrutura social. Como tais, elas incluem os potenciais tecnológicos e organizacionais, portanto, denotam não somente como qualquer

¹⁶ Cox dirige sua crítica especificamente ao Neo-realismo em seu artigo mais citado. Cox, Robert W. "Social forces, states and world orders: beyond international relations theory" in Cox, Robert W. & Sinclair Timothy. *Approaches to World Order*. (Cambridge: University Press, 1995)

sociedade se reproduz sobre uma base material, mas também como essa reprodução é planejada, antecipada.¹⁷

A esfera ideológica é dividida em dois tipos. Por um lado encontramos o conceito de significados intersubjetivos que afetam a sustentação de hábitos e guiam as expectativas quanto ao comportamento social. Cox sugere que Estados seriam um exemplo disso na política mundial, no sentido que representam uma forma generalizada (embora não universal) de comunidade política, povos se organizam dessa forma, Estados detêm autoridade sobre certas porções da superfície terrestre, as relações entre tais entidades políticas obedecem às regras e normas da diplomacia, da resolução de conflitos, da guerra, e assim por diante. É imperativo apontar que a origem de tais idéias pode ser identificada, já que a realidade da política mundial nem sempre pôde ser representada precisamente dessa forma, e poderá não sê-lo no futuro.¹⁸

O segundo tipo de idéias são as imagens coletivas da ordem social. Essencialmente, trata-se de visões variadas sobre os significados de justiça, de bens públicos, da legitimidade das relações de poder atualmente cultivadas. O conflito de posições adversárias traduz a possibilidade da mudança, produz o potencial para a ordem alternativa. Cox nota que, enquanto os significados intersubjetivos tendem a ser largamente difundidos em um dado contexto histórico, as imagens coletivas são bem mais abundantes e divergentes.

As discussões éticas pertencem à dimensão ideológica. O discurso normativo aqui ocorre, e é a base comum para questionamentos sobre a legitimidade e as posições morais da ordem atual. Contudo, Cox não avança no esclarecimento acerca do tipo de interações que sucedem entre os significados intersubjetivos e as imagens coletivas, o que traria repercussões cruciais para o argumento aqui defendido, isto é, o potencial para transformação. Qualquer que seja a associação, uma categoria decisiva resta a ser examinada: as instituições.

As instituições são fundamentais. Segundo Cox, desempenham função vital na estabilização e perpetuação de uma determinada ordem.

¹⁷ Op. cit. p.98.

¹⁸ Op.cit. p.98.

¹⁹ Originalmente, tendem a reforçar as relações de poder estabelecidas, cultivando imagens coletivas compatíveis. Entretanto, com o passar do tempo, imagens coletivas rivais, out até instituições concorrentes podem ser geradas e introduzidas na ordem. As instituições, dessa feita, refletem uma combinação particular de idéias e poder material, mas podem também transcender a ordem original e influenciar o desenvolvimento de novas idéias e potencialidades materiais.²⁰

Por tal estrutura para interpretar a realidade social, é digno de atenção que o materialismo histórico de Cox convida uma compreensão histórica (e heurística) de qualquer complexo Estado-sociedade. Assim sendo, revelou o absurdo de um entendimento rígido do conceito de Estado. O perigo de supor tal posição está em exagerar as especificidades de qualquer Estado singular, em detrimento de quaisquer similitudes nas relações interestatais, visto que as posições defendidas até aqui sustentam a noção de que Estados em geral, e a ordem mundial, podem e devem ser responsabilizados pela degradação ambiental.

Essa postura se esclarece à medida que aplica seu estruturalismo histórico a três níveis: formas de Estado, forças sociais e ordens mundiais. Examinemos que implicações se levantam. A interconexão dos três níveis desautoriza qualquer hierarquia determinista das relações entre eles. Adicionalmente, cada etapa é o resultado do esforço de estruturas rivais.

O nível inicial engloba os complexos Estado-sociedade. Atenção é dirigida formas e estruturas do Estado que sociedades específicas desenvolvem. A historicidade da forma de todo Estado é uma derivação de uma certa configuração das potencialidades materiais, idéias e instituições que são específicas dos complexos Estado-sociedade. Retornaremos a essa linha de raciocínio, já que é de importância basilar para a evolução do nosso argumento, conforme ficará demonstrado nos segmentos subseqüentes.

A organização da produção, em particular as forças sociais participantes, compõe o segundo nível. Enquanto evolui a produção, podemos observar mudanças expressas na chegada, fortalecimento ou

¹⁹ p.99.

²⁰ p.99

declínio de forças sociais específicas. Com a forma ainda dominante de um capitalismo híper-liberal que testemunhamos atualmente, aquelas forças sociais ligadas à economia real (contraposta aos mercados financeiros) tais como os sindicatos de trabalhadores, têm sido enfraquecidas, em favor do fortalecimento de investidores privados, por exemplo.

O nível final é representado por ordens mundiais, ou a precisa constituição de forças que em seqüência determinam a maneira com que Estados (no sistema corrente) se inter-relacionam. A título de exemplo, tem havido muito debate acerca de uma nova ordem mundial inaugurada pela resposta de George W. Bush aos ataques de 11 de setembro de 2001, em específica referência ao princípio da ação preventiva.²¹ O impacto gerado no avanço desse conceito desencadeia uma mudança fundamental nos atuais padrões de conduta tolerável entre Estados.²²

A ordem mundial atual teria algumas características, identificadas por muitos autores, porém, recentemente, de maneira primorosa por Hardt e Negri²³. Para esses autores, a ordem mundial atual se configura como uma autoridade global, com os Estados Unidos ocupando o centro, que abrange virtualmente todo o planeta. A dimensão do poder mundial aqui envolve aspectos (underpinnings) filosóficos e psicológicos. A idéia de império, que dá título à sua obra, está mais próxima do entendimento romano do que da Europa expansionista do século XIX, ou seja, a de uma autoridade política complexa que imprimiu normas, moldou as sociedades e mentalidades subjugadas. O argumento evolui para ressaltar a relevância do consentimento a ser construído para legitimar o império, em que pese as convicções dos autores se norteam na direção contrária, qual seja,

²¹ O debate vem recebendo bastante atenção na academia brasileira das Relações Internacionais, tendo sido tema de algumas edições recentes do periódico *Política Externa*.

²² Muitos notaram, apropriadamente por sinal, que os arranjos normativos produzidos ao longo de séculos de direito internacional não podem incorporar uma coexistência insuspeita com a chamada nova doutrina de segurança dos EUA. Na hipótese de essa tentativa prosperar, a probabilidade da emergência de uma nova ordem permanece relativamente consistente.

²³ Hardt, Michael & Negri, Antonio. *Império*. (São Paulo: Record, 2001)

a da necessidade da desconstrução do império. A conformidade é edificada sobre um sistema punitivo e disciplinar. Dessa feita, o poder não se restringe à dimensão da autoridade institucional; ele molda e reproduz a mente e o corpo, o que os autores designam *biopoder*²⁴.

A pertinência da contribuição de Hardt e Negri para a presente discussão se justifica em termos do impacto que o estabelecimento do império provoca. A tarefa de desconstrução do império é árdua, porém necessária. A globalização econômica buscaria eliminar as formas rivais de organização econômica, o que acirraria desigualdades e enfraqueceria ainda mais a biosfera. Paradoxalmente, ela, a globalização, passa a ser entendida como algo benigno, de forma assemelhada à esperança marxista na dialética histórica: o avanço e esgotamento do capitalismo pavimentariam o advento do socialismo. Por esse raciocínio, a globalização varreria relíquias, anacronismos dos tempos atuais. A soberania dos Estados é usada para elucidar a proposição. Embora seja um argumento tendencioso à superficialidade ou lugar comum, isto é, a noção de que a globalização econômica enfraquece por demais o conceito histórico da autonomia estatal, há outras dimensões de críticas que devem ser incorporadas.

Haveria um excesso de credulidade na suposição de que o império monolítico teria a capacidade de varrer do mapa os Estados? Que a globalização econômica não nutre um apego maior à soberania e aos Estados é substancialmente aprazível e largamente exemplificado. Contudo, ainda há forças contrárias e resistências quanto ao declínio derradeiro dos Estados. É possível entender que estaria havendo um peso desmedido sobre a competência do império em eliminar a pertinência do Estado, particularmente se examinarmos a discussão acerca da construção da identidade? Será que as pessoas majoritariamente ainda não atribuem elevada importância moral a pertencer a um Estado? A importância dos significados intersubjetivos não deve ser menosprezada.

²⁴ Esse entendimento guarda considerável semelhança com os esforços de Foucault em ampliar o conceito do poder. Ver Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. (São Paulo: Graal Editora, 2003)

3. O Estado, a Identidade, e a Ética

Não é possível discutir acerca do papel dos Estados em relações internacionais sem estabelecer algumas considerações e escolhas concernentes à natureza ontológica de toda a prática global. Rememoraremos o entendimento dominante, realista da prática global e do Estado, erigida sobre a filosofia positivista das ciências sociais, e sobre o pensamento político moderno de Hobbes, Maquiavel e outros. Partiremos para o contraste com duas abordagens pós-positivistas, isto é., o entendimento pós-modernista e o normativo.

Para os realistas, o sistema de Estados é um dado eterno como o conhecemos agora. Além disso, não atribuem valor a questionamentos acerca da natureza ontológica e ética do Estado. O Estado é um ator unitário e age segundo os princípios estruturais do sistema de Estados, quais sejam a anarquia e a competição. O principal papel do Estado é manter a ordem existente por meio do mecanismo do equilíbrio do poder.

Para o pós-positivismo, esse relato da prática global e do papel do Estado não convence. A natureza ontológica da prática global e do sistema de Estados soberanos é assaz diferente do relato provido por realistas. Nós somos constituídos por múltiplas práticas sociais, uma das quais é a prática de Estados soberanos. O mundo inteiro é repartido em Estados, dos quais a esmagadora maioria de nós é constituída como cidadãos. O Estado é um construto (construção) social assim como o é a sociedade de Estados, segundo os relatos de teóricos pós-modernistas e normativos. Contudo, essas duas abordagens diferem fundamentalmente com respeito ao posicionamento ético da prática interestatal da atualidade.

Em suma, para os teóricos pós-modernistas o Estado é um discurso totalizador que aliena e domina os indivíduos. Não há nada emancipatório ou libertário com relação ao Estado e à identidade do cidadão. O pós-positivismo alicerça esse argumento afirmando que para reproduzir o Estado enquanto um 'eu' coerente, um 'outro' externo e interno às fronteiras estatais é construído. Por outro lado, teóricos normativos, sobretudo os neo-hegelianos argumentam que o Estado democrático liberal é uma prática ética que garante o mais elevado

valor liberal, qual seja, a liberdade individual. O papel capital da instituição da sociedade de Estados seria reconstruir o sistema de Estados existente e reconhecer a autodeterminação de novas 'nações', quando alguns critérios rígidos são atendidos, novamente pelo reconhecimento da liberdade individual mundo afora.

Onde se posicionar diante desses debates? É possível ser crítico de ambas as posições. Suponhamos que aprovássemos as bases ontológicas comuns dessas correntes com relação ao papel dos Estados em relações internacionais. Podemos questioná-las no nível da teoria normativa substantiva. Em primeiro lugar, teóricos pós-modernistas agem como se pudessem articular uma posição ética externa às práticas sociais. Todos os teóricos pós-modernistas são cidadãos de algum Estado, portanto se engajam na reprodução da prática estatal, mesmo que o façam sem consciência integral. Dessa feita, há que se supor que valorizam algum aspecto do Estado. Além do mais, temos múltiplas identidades e devemos ou reimaginar o Estado, ou encontrar instituições em um nível superior ou inferior para aplainar as tensões éticas causadas pela 'cidadania alienadora'. Esse ponto será o foco da atenção do argumento aqui apresentado.

Segundo, o entendimento ético do Estado neo-hegeliano também é passível de crítica. Molly Cochran identifica apropriadamente que a idéia neo-hegeliana do Estado universal absoluto (liberal-democrático) é excessivamente abstrato. Frost reconhece que há Estados melhores e piores entre aqueles que se julgam democracias liberais, mas também que todos os Estados se esforçam para se tornarem Estados bons dentro do atual domínio de discurso do Estado moderno.²⁵

Mesmo assim, o Estado e nossa identidade enquanto cidadãos preocupam o domínio público. E se, como defendem alguns, o domínio privado, a sociedade civil e especialmente as práticas de mercado são o verdadeiro domínio de importância societal e de poder no mundo de hoje? Um quantitativo cada vez maior de Estados liberais e democráticos no mundo adota a privatização dos serviços públicos, portanto limitando o acesso aos meios pelos quais a liberdade

²⁵ Frost, Mervyn. *Ethics in International Relations*. (Cambridge: University Press, 1995)

individual e a realização pessoal ocorreria (saúde e educação). De maneira mais ampla, a prática do Estado está sendo reconstruída para atrair maiores investimentos externos privados. Não liberta muito ser constituído enquanto cidadão de um Estado como o Brasil, enquanto a teoria econômica híperliberal domina e subjuga na condição de 'teoria ética'. A rede de proteção/contenção do bem estar social, um aspecto da identidade de cidadão está diminuindo, apesar das tentativas da retórica da 'terceira via'. Esse entendimento do Estado (contraposto àqueles) está mais próximo de onde estamos hoje.

4. Conclusão

A natureza da nossa discussão sugeriu que atual noção de comunidade política requer revisão. Examinamos os argumentos estruturalistas que defendem a idéia de uma retração e diminuição do Estado. O pano de fundo dessa discussão se revela na configuração dos desafios apresentados à humanidade pelas previsões apocalípticas concernentes ao futuro da biosfera.

Enquanto representante dos teóricos da ecologia social, Bookchin deixou de contribuir significativamente além da observação de que o Estado parece ter uma relação sombria com as crises ecológicas. No entanto, sua defesa da necessidade de comunidades políticas menores e ecologicamente salubres tropeça na falta de visualização de como tais transformações profundas devem ocorrer.

Também vimos como Wallerstein discerne a possibilidade da mudança fundamental como representação das transformações abissais no sentido da substituição do sistema-mundo capitalista. É preciso, todavia, compreendê-lo dentro de sua estrutura teórica. Como o Estado tem sido o ápice da esfera política no sistema-mundo moderno, os indícios de sua transformação podem ser concebidos nesses termos. Mais do que a reles reestruturação dessa entidade política, aliada ao aumento da presença da sociedade civil na esfera pública antes dominada pelo Estado, Wallerstein crê que seu colapso seja iminente. O Estado pode muito bem ser substituído por uma forma de comunidade política afeiçoada pela presença da sociedade civil.

O estruturalismo histórico contribuiu com propriedade para o debate. Em alusão particular ao trabalho de Cox, uma estrutura para a conceituação da transformação do Estado, das ordens mundiais, e das forças sociais surgiu. A recusa da universalidade espaço-temporal (o Estado nem sempre é um Estado) consagra uma crítica da historicidade de cada complexo Estado-sociedade, e sua localização em qualquer ordem mundial, além da configuração das forças sociais, estimando, assim, a mudança (fundamental) possível em comunidades políticas. Ao invés de estabelecer uma resposta global, Cox permite que remédios locais sejam buscados como formas de reagir às agressões à biosfera.

Hardt e Negri avançaram na caracterização da ordem iminente e as nefastas conseqüências que crêem gerar para os Estados, graças à força da globalização econômica, em um provável menosprezo da dimensão ideológica densamente reforçada pelos significados intersubjetivos correntes.

Ao depararmos com a discussão normativa, constatamos a controvertida noção de que o discurso do Estado, e a relevância em pertencer a um, parecem exercer ainda uma força considerável dentro da política mundial contemporânea. Essa idéia representa um contraponto expressivo ao argumento do enfraquecimento do Estado.

Se aceitarmos tal cenário, o papel futuro do Estado pode ser qualquer um de duas alternativas: i) o declínio; ii) a revitalização.

Talvez a lição a ser apreendida aqui remete a discussão sobre o declínio do Estado para reinterpretar essa comunidade política em novos termos. O Estado pode ser objeto das transformações necessárias. Contudo, é igualmente indubitável que eles representam ainda o nível de identidade a que nós atribuímos elevada relevância moral. Nesse sentido, as soluções, incluindo aquelas para os dilemas ambientais e sociais que insistem em nos tormentar, um pesadelo do qual não estamos conseguindo despertar, terão que levar em conta a presença dessa forma de comunidade política. Não devemos subestimar a importância que ainda detêm os Estados.

Entendemos que devemos começar a teorizar sobre novas bases éticas e imaginar instituições alternativas para transformar a prática estatal no mundo como um todo. Uma sensibilidade para idéias e

soluções criativas que diferentes Estados e culturas criaram para lidarem com os efeitos opressivos das práticas estatais e de mercados é necessária, consoante o conceito de mundo plural²⁶. Caberá ao Estado um papel central no futuro. Qual será depende até certo ponto de como nós criaremos um entendimento criticamente auto-reflexivo da maneira como participamos na reprodução das práticas estatais atuais. É aí que deve e pode iniciar a transformação: a partir de nós mesmos.

O estado permanece, transformado, moldado pelas pressões populares, canalizadas pela sociedade civil. Não se trata de buscar erigir uma ordem alternativa, senão constatar que essa tendência já existe, e que parece ganhar consistência. Apresenta-se contra uma ordem rival. Contudo, há que se reconhecer as limitações da ordem atual. Aqui, tratamos de desvendar uma das mais contundentes – as restrições evidenciadas por diversos fenômenos indicativos de eminência de catástrofes na biosfera. Outra categoria de calamidade ameaça o nosso futuro comum: as disparidades na qualidade de vida entre estados, sociedades, classes e pessoas. Ambas podem ser associadas à crise da modernidade já tratada alhures nesse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bookchin, Murray. *The Ecology of Freedom, the Emergence and Dissolution of Hierarchy* (Montreal: Black Rose, 1991).
- ___ *Remaking Society: Pathways to a Green Future* (Montreal: Black Rose, 1989).
- ___ *Municipalismo Libertário*. (São Paulo: Imaginário, 1999)
- Brown, Nardin and Rengger. Brown, Chris; Nardin, Terry & Rengger, Nicholas (Orgs.) *International Relations in Political Thought*.
- Cochran, Molly. *Normative Theory in International Relations*. (Cambridge: University Press, 1999).
- Cox, Robert W. & Schechter, Michael. *Política Economy of a Plural World*. (London: Routledge, 2002).
- Cox, Robert W. “Social Forces, States and World Orders: beyond

²⁶ Cox, Robert W. & Schechter, Michael. *The Political Economy of a Plural World*. (London: Routledge, 2002) Cap. 9. Pp. 157 – 175.

- International Relations Theory” in Cox, Robert W. & Sinclair, Timothy J. *Approaches to World Order*. (Cambridge: University Press, 1996).
- Griffiths, Martin. *50 Grandes Estrategistas as Relações Internacionais*. (São Paulo: Contexto, 2004)
- Hardt, Michael & Negri, Antonio. *Império*. (São Paulo: Record, 2001)
- Laferrière, Eric & Stoett, Peter J. *International Relations Theory and Ecological Thought*. (London: Routledge, 1999)
- Rocha, Antonio Jorge Ramalho da. *Teorias e Agendas*. (Brasília: IBRI, 2002)
- Rosenberg, Justin. *The Empire of Civil Society: a critique of Realist Theory of International Relations*. (London: Vergo, 1994).
- Shiva, Vandana. *Monoculturas da mente*. (São Paulo: Global, 2003)
- Stiglitz, Joseph. *A Globalização e seus malefícios*. (São Paulo: Futura, 2003)
- Vogler, John and Imber, Mark F. (Ed's) *The Environment and International Relations* (London: Routledge, 1996).
- Wallerstein, Immanuel. “A reestruturação capitalista e o sistema-mundo”. In. Gentili, Pablo. (Org.) *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. (Rio de Janeiro: Vozes, 1999) 3ª Ed. P. 223-251.
- _____. *Após o Liberalismo*. (Rio de Janeiro: Vozes, 2002)
- _____. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. (São Paulo: Contraponto, 2001)
- _____. *O fim do mundo como o concebemos*. (Rio de Janeiro: Revan, 2003)
- Wallerstein, Immanuel. Et alli. *Para abrir as Ciências Sociais*. (São Paulo: Cortez, 1996)
- Wood, Ellen. *Democracy Against Capitalism. Renewing Historical Materialism*. (Cambridge: University Press, 1995)